

## Eleições 2010: Classe trabalhadora no poder

Para assegurar avanços e ter abertura nos diálogos, classe trabalhadora precisa ampliar a bancada nos cargos públicos nas próximas eleições

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva ao cargo máximo do país, desde 2002, trouxe notáveis avanços no que se refere ao cenário trabalhista. Ter um representante da classe trabalhadora - e sindical - no poder permitiu uma relação de proximidade, com mais abertura aos diálogos.

É fato que, apesar das conquistas, ainda há muito chão para percorrer. E, para que haja progresso, o primeiro passo dos trabalhadores é ampliar a bancada nos cargos de poder. De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o Diap, na atual legislatura, a base sindical no Congresso foi reduzida de 70 para 60 membros, enquanto os empresários elegeram 219 para a Câmara e 27 para o Senado.

Em seu editorial, na edição de março deste ano, o Diap destaca que "o presidente Lula mudou o paradigma na relação entre o Governo e o movimento sindical, substituindo uma prática autoritária

por um sistema de diálogo, com a inauguração de espaços de debate e negociação, tanto no âmbito das relações de trabalho do setor privado quanto do setor público". Prova disso, Lula esteve à frente de um mandato com participação ativa dos trabalhadores, permitindo a presença efetiva nas discussões de interesse dos empregados.

### A bancada sindical hoje

Mesmo com número reduzido, a bancada sindical lutou pelo veto à Emenda 3, pelo aumento real do salário mínimo, no arquivamento do projeto de flexibilização da CLT, na defesa de aumentos reais do salário mínimo e dos aposentados, na atualização da tabela do imposto de renda, no apoio ao reajuste dos servidores e pela eliminação do fator previdenciário.

O presidente do SINPRO ABC, professor Aloísio Alves da Silva, acredita que "é um grande prejuízo para os trabalhadores em geral a redução de seus representantes na Câmara dos Deputados e no Congresso". "A população precisa se conscientizar de que

essa redução representa uma ameaça aos nossos direitos trabalhistas, ao mesmo tempo que impede avanços, como, por exemplo, a regulamentação do artigo 158 da CLT, que estabelece o fim da demissão imotivada", finaliza o dirigente sindical.

### Os empresários também querem maior representação

Enquanto isso, os empresários também já se articulam para que a representação no Congresso seja maior. O jornal Valor Econômico, de março, revelou o interesse da 'elite' em am-

pliar os membros nos cargos políticos e as intenções em aprovar medidas que os beneficiem.

Essa atitude poderá, certamente, criar barreiras para a discussão aberta com os trabalhadores. Exemplo disso, segundo o Valor Econômico, é a declaração de Côrte Real, presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, sobre a luta pela redução da jornada de trabalho. Para ele, reduzir o expediente semanal de 44 para 40 horas "é uma proposta eleitoreira".

Com informações do Diap

### SINPRO ABC realiza, no mês de junho, a Exposição Vida

Trabalhos enviados pelos professores estão expostos no Museu de Santo André



Israel Barbosa

Coquetel de abertura da Exposição

Até 29 de junho, o Sindicato dos Professores do ABC coloca em exposição os poemas e fotografias enviados para o concurso Vida. A mostra está no Museu de Santo André, das 8h30 às 16h30 (rua Senador Fláquer, 470, Centro).

"É importantíssimo ampliar esses espaços de participação dos professores dentro do sindicato. Nesse sentido é que, em 2011, eles serão coautores da Agenda do Professor", explica Jorge Gonçalves, diretor do Sindicato e organizador do evento.

## 4ª Jornada Pedagógica Violência na escola e Bullying

Dia 30 de junho, às 9h e às 14h, no auditório Senai Mário Amato (Av. José Odorizzi, 1555, bairro Assunção, São Bernardo).

Sócios não pagam a taxa de participação. Não sócios pagam R\$ 25. Professores da rede Sesi Senai têm ponto abonado.

Palestrantes: Professora Sandra Lopez e Dr. Ariel de Castro Alves.

Inscrições e informações pelo telefone 4994-0700.

## Editorial

Junho chegou e os professores começam a fazer planos para as merecidíssimas férias! Entretanto, antes de fazer as malas, é bom ficarmos bem atentos para os importantes eventos deste fim de semestre e início do próximo. Além de Copa do Mundo e eleições, não vamos nos esquecer da 4ª Jornada Pedagógica, em 30 de junho; da Exposição Cultural "Vida", com os resultados do concurso cultural realizado pelo nosso Sindicato; e é bom lembrar, também, que 2010 é ano de Congresso do SINPRO ABC! Informações sobre esses e outros eventos nesta edição.

Destacamos, ainda, notícias e artigos relacionados ao maior evento democrático deste país: as eleições para os cargos executivos e legislativos de nível estadual e federal. Porém, mais do que informação, nossa entidade se preocupa com a formação e, nesse sentido, pretendemos ser uma fonte de pensamento crítico e de importantes reflexões sobre o destino do nosso país e do nosso estado, sempre do lado de quem defende historicamente os direitos do trabalhador brasileiro.

Boa Leitura

## Notas sobre o SINPRO ABC

### Horários de atendimento no SINPRO ABC

O Sindicato dos Professores do ABC informa que os atendimentos do SINPRO ABC são realizados de segunda a sexta, das 8h30 ao meio dia e das 13h30 às 17h30. Em caso de dúvidas ou agendamento com o Departamento Jurídico, ligue 4994-0700, nos horários acima.

Vale lembrar que o endereço eletrônico do Sindicato é [sinpro@sinpro-abc.org.br](mailto:sinpro@sinpro-abc.org.br).

### Videoteca SINPRO ABC é aberta aos sindicalizados

Professores sindicalizados têm à disposição uma série de filmes e documentários, de diversos temas e gêneros, na videoteca do SINPRO.

A relação dos títulos está em [www.sinpro-abc.org.br](http://www.sinpro-abc.org.br). Para retirar o material o docente deve comparecer no Sindicato com a carteirinha de sindicalização ou documento com foto. A retirada é gratuita.

**Atenção, professor, consulte em nosso site os horários de funcionamento do SINPRO ABC durante os jogos do Brasil na Copa do Mundo.**

## O PROFESSOR

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sindicato dos Professores do ABC

ISSN: 1673-8473

**Diretoria Executiva:** Aloísio Alves da Silva, Célia Regina Ferrari, Jorge G. de Oliveira Jr., José Carlos Oliveira Costa, José Jorge Maggí e Paulo Roberto Yamaçake

**Presidente:** Aloísio Alves da Silva

**Diretor responsável:** Jorge G. de Oliveira Jr.

**Jornalista responsável:** Mayra Monteiro (MTB. 47.135)

**Diagramação:** Israel Barbosa e Mayra Monteiro

**Tiragem:** 4000 exemplares

**Data de fechamento:** 01/06/2010

**Site:** [www.sinpro-abc.org.br](http://www.sinpro-abc.org.br)

**E-mail:** [imprensa@sinpro-abc.org.br](mailto:imprensa@sinpro-abc.org.br)

**Endereço:** Rua Pirituba, 65 - B. Casa Branca - Santo André - SP CEP: 09015-540

**Telefone:** (11) 4994-0700

## Educação

### 32% dos jovens já foram vítimas do cyberbullying

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Pew aponta que 32% dos adolescentes já foram alvo de cyberbullying (assédio moral por vias digitais). Os jovens cadastrados em redes sociais são mais suscetíveis; 39% dos usuários de redes como Orkut, Twitter e Facebook já sofreram esse tipo de agressão.

De acordo com os dados divulgados pelo site Read Write Web, 15% dos adolescentes tiveram ainda material privado compartilhado sem a respectiva permissão.

A maioria dos ataques a adolescentes (59%) provém de outros adolescentes e as meninas são as que mais sofrem, 38% delas reportaram algum tipo de molestamento on-line.

Fonte: Olhar digital

### MEC: índice de acessibilidade na rede pública é de 14,6%

Os indicadores do Censo Escolar Inep/2009 registram que o índice de acessibilidade na rede pública é de 14,6%, e na particular de 29,7%. Os dados, fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC), apontam que o número de instituições adequadas para receber pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ainda é baixo.

Estão incluídas na lista de dependências, banheiros, salas de aula, corredores, auditórios, entre outros. Do total de 161.783 escolas públicas da Educação Básica no País, 23.750 (14,6%) tem acessibilidade arquitetônica. Na rede privada, o total de escolas é de 35.685, sendo 10.623 (29,7%) com acessibilidade.

Fonte: Terra

### De dez docentes, dois atuam em mais de uma escola

Uma das grandes dificuldades, na carreira, apontadas por educadores de todo o País, é o salário pago. Não são as raras as afirmações de que, para complementar a renda familiar, os docentes têm de trabalhar em mais de uma escola. Os dados do Censo Escolar revelam que, na verdade, essa é a realidade vivida por 23% deles.

Em 2007, segundo pesquisa do Inep, 80,9% dos professores trabalhavam em apenas um colégio. Os números mais recentes mostram que a quantidade de profissionais que precisam circular entre duas escolas ou mais para dar aulas aumentou. Dos 23% que enfrentam essa rotina, 365.417 trabalham em duas escolas. Outros 62.985 atuam em três. E há mais 18.957 que se dividem entre quatro escolas ou mais.

Fonte: IG Educação

### Professores "leigos" crescem 35% em dois anos

O número de "professores leigos" no Brasil – que só concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio regular – aumentou em todas as etapas da educação básica. Dados do Censo Escolar 2009 mostram que 152.454 profissionais dão aulas sem a formação adequada para alunos matriculados em creches, pré-escolas, ensino fundamental e até ensino médio nas cinco regiões do País.

Eles representam apenas 7,7% dos docentes que atuam hoje nas escolas brasileiras. O total é de 1.977.978. Mas, para os especialistas, as estatísticas são chocantes, porque, após a chamada "Década da Educação" iniciada com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, a quantidade de profissionais sem qualificação necessária para dar aulas não diminuiu e, sim, cresceu.

Leia a íntegra da matéria em nosso site [www.revistaoprofessor.com.br](http://www.revistaoprofessor.com.br)

Fonte: IG Educação

### Nota de falecimento

O Sindicato dos Professores do ABC lamenta o falecimento do companheiro e ex-diretor, Carlos Straccia, da Metodista.

Toda diretoria presta solidariedade aos familiares e amigos.

## Junho



**17 - Funcionário Público Aposentado**  
**18 - Químico**  
**26 - Metrologista**



*O SINPRO ABC parabeniza todos os profissionais que escolheram a carreira docente, mas também exercem outras funções!*

# Campanha Salarial do Ensino Superior: reajuste é aprovado

Aumento de 5,5% será escalonado, iniciando com 4% até agosto

Em assembleia realizada no dia 28 de maio, os professores do Ensino Superior aprovaram a proposta patronal de 4% retroativo a março, 5% a partir de setembro e 5,5% em janeiro de 2011. Os percentuais serão aplicados com base nos salários de março de 2009.

No mês de agosto de 2010, os docentes receberão um abono de 5%, como forma de recomposição da massa salarial. As diferenças relativas aos meses de março, abril e maio

poderão ser pagas até agosto deste ano (juntamente com 5%), na forma de abono, que totalizará 17%.

Na mesma data, os profissionais aprovaram o desconto de 4% a título de contribuição sindical. A oposição poderá ser feita até 30 de junho, na sede do SINPRO, somente das 8h30 ao meio dia ou das 13h30 às 17h30.

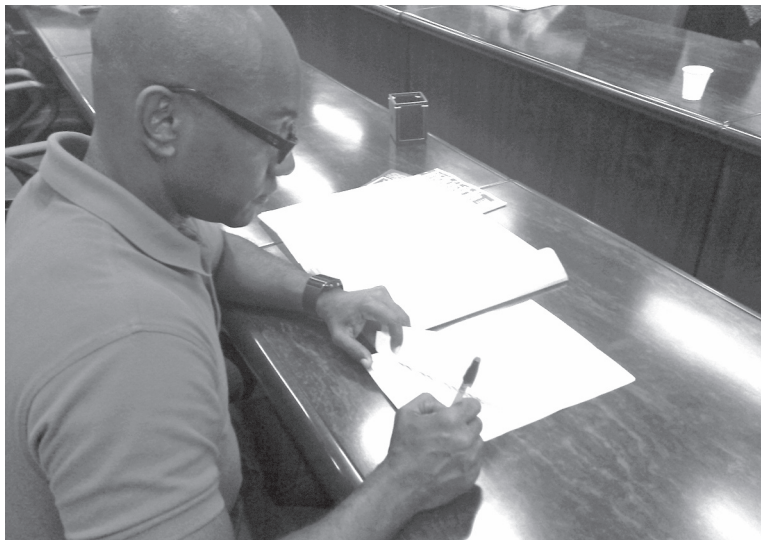
Para mais esclarecimentos, ligue 4994-0700 ou escreva para [sinpro@sinpro-abc.org.br](mailto:sinpro@sinpro-abc.org.br). Outras novidades em [www.sinpro-abc.org.br](http://www.sinpro-abc.org.br).

## Ensino Básico, Sesi e Senai: Professor, fique de olho no reajuste!

A Campanha Salarial da Educação Básica e da rede Sesi Senai já foi encerrada. Na primeira área, o reajuste é de 5,5%, enquanto no Sesi, o percentual é de 6,5%.

Por isso, professor, fique atento para comprovar se o pagamento foi realizado de forma correta.

Destacamos que a data-base da categoria é 1º de março e o reajuste deve ser baseado nos salários de março de 2009. Em caso de dúvidas, ligue 4994-0700.



Professor Aloísio Alves da Silva, presidente do SINPRO ABC, assina Convenção Coletiva do Sesi e Senai

## SINPRO ABC realiza 7º Congresso

Professores interessados em apresentar teses deverão se inscrever até 30 de junho

Nos dias 17 e 18 de setembro, o Sindicato dos Professores do ABC promoverá o 7º Congresso, com o tema "Os desafios da educação no novo milênio".

Todos os docentes interessados em participar com teses devem procurar o SINPRO para realizar a inscrição. Os materiais podem ser entregues pessoalmente na sede do Sindicato (rua Pirituba, 61, bairro Casa Branca, Santo André), ou por email ([sinpro@sinpro-abc.org.br](mailto:sinpro@sinpro-abc.org.br)), até o dia 30 de junho.

Para obter mais informações, ligue 4994-0700.

## Sindicalistas apoiam candidaturas de Dilma e Mercadante

Movimento sindical quer continuidade dos bons resultados do governo Lula

Cinco centrais sindicais brasileiras - Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), e União Geral dos Trabalhadores (UGT) - declararam apoio a ex-ministra Dilma Rousseff, pré-candidata do PT à presidência da República, e ao senador Aloísio Mercadante, pré-candidato do partido ao governo de São Paulo.

"É a primeira vez na história que a gente sai com uma aliança tão ampla, apoiado pelas centrais sindicais do Brasil, tanto a candidatura da Dilma à presidência, quanto a minha ao governo de São Paulo", comemorou Mercadante.

As entidades estiveram junto com a ex-ministra da Casa Civil e o senador na manhã do dia 10 de abril, em ato na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo, que divulgou estudo do Dieese sobre emprego e qualificação profissional.

"Um dos desafios dos trabalhadores é impedir o retrocesso", afirmou Artur Henrique, presidente da CUT, logo após fazer uma comparação entre os oito anos do governo tucano de FHC e o governo Lula. Sobre São Paulo, Artur disse que "chegou a hora de acabar com o autoritarismo", em crítica ao governo tucano de José Serra.

"Serra nunca gostou de trabalha-

dor", alfinetou Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, lembrando que os servidores públicos, especialmente professores, nunca conseguiram uma negociação com o governo do PSDB.

"Nosso lado é o do crescimento com emprego e não o da doação do patrimônio público", criticou Wagner Gomes, presidente da CTB, sobre a política de privatização do governo do PSDB.

O presidente Lula ficou bastante satisfeito com a manifestação. "Dilma, a classe trabalhadora brasileira acaba de assumir sua candidatura", afirmou o presidente da República olhando para a ex-ministra

Dilma agradeceu o apoio e pro-



Professor Aloísio Alves, SINPRO ABC, Belmiro Moreira, Sind. Bancários do ABC, ao lado do presidente Lula, em São Bernardo

meteu que não abre mão de seus princípios, não desrespeita a riqueza nacional e respeita e reconhece os movimentos sociais.

Da Tribuna Metalúrgica

# A Constituição Federal e o desafio da regulamentação

Pesquisa do Diap aponta que 142 artigos da Constituição estão pendentes de regulamentação. 43 artigos têm relação direta com os trabalhadores e 26 proposições tramitam no Congresso Nacional para regulamentar esses dispositivos

O processo de redemocratização teve como marco principal a promulgação da Constituição de 1988. Durante os anos de 1986/87, momento de elaboração do texto constitucional, os trabalhadores puderam contribuir de maneira efetiva para melhorar a relação capital e trabalho e batalhar para o atendimento dos anseios da sociedade brasileira.

A Carta Magna de 88 baliza o sistema jurídico que rege o País. Atualmente, temos 3.776.364 leis que buscam normatizar, regular e proteger os diversos interesses de toda a sociedade. Apesar da grande quantidade de leis já editadas, não raro se constata que determinadas condutas sociais permanecem fora do arcabouço jurídico, evidenciando a necessidade de proposições legislativas para preencher esse vácuo normativo.

Baseado nessas premissas, o DIAP elaborou uma pesquisa sobre a quantidade de artigos da Constituição pendentes de regulamentação. No Capítulo de Direitos e Garantias Fundamentais (art. 5º ao 17º), por exemplo, são nove dispositivos que necessitam de regulamentação. Entre eles, destaque para o artigo 7º, inciso I, que pretende disciplinar o fim da demissão imotivada. Sobre esse importante dispositivo constituio-

nal já tramita projeto no Congresso.

Ao todo, 142 artigos da Constituição estão pendentes de regulamentação. Destes, apenas 64 têm proposições tramitando na Câmara dos Deputados. A pesquisa do DIAP aponta que 43 artigos pendentes de regulamentação têm relação direta com os trabalhadores e 26 proposições tramitam no Congresso Nacional para regulamentar esses dispositivos.

Outros pontos de destaque da pesquisa apontam que, no Capítulo da Organização do Estado, está pendente de regulamentação a parte referente ao direito de greve dos servidores públicos e a formulação de lei complementar para especificar a área de atuação das fundações públicas de direito privado.

## Demissão imotivada

Entre as propostas em tramitação no Congresso Nacional para regulamentar artigos da Constituição, destaque para o Projeto de lei Complementar (PLP) 8/03, que põe fim à demissão imotivada. A proposta é relatada pelo deputado Roberto Santiago (PV/SP) e seu parecer, reformulado, contempla várias reivindicações dos trabalhadores.

Em seu parecer, o relator tomou cuidado com artigo 10º do Ato das

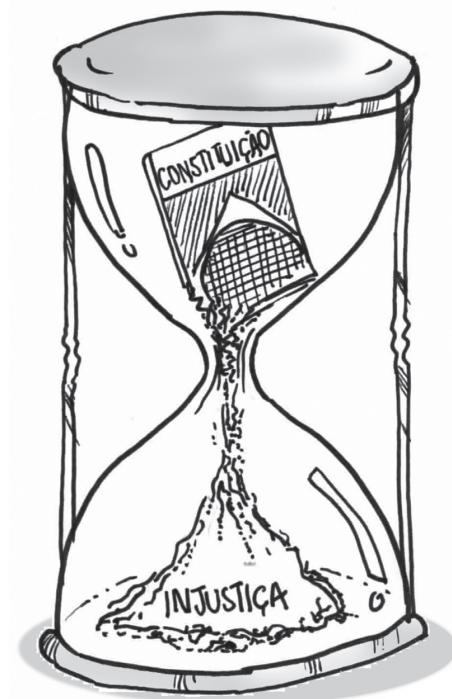
Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para que não fosse revogado, além de assegurar uma série de direitos. O artigo do ADCT determina que "até que seja promulgada lei complementar, a que se refere o artigo 7º, inciso I, da Constituição" fica mantida multa de 40% sobre o FGTS; a estabilidade dos eleitos para as Cipas; das gestantes; licença-paternidade e da cobrança das contribuições aos sindicatos de trabalhadores rurais.

A matéria está parada na Comissão de Trabalho. A correlação de forças dentro do Congresso Nacional impede que matérias dessa natureza possam avançar e beneficiar a classe trabalhadora.

## Direito de greve

A regulamentação do direito de greve do servidor público está em discussão no Congresso Nacional por meio do PL 4.497/01, da deputada Rita Camata (PSDB/ES). O projeto, em formato de substitutivo foi aprovado na Comissão de Trabalho e está em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sob a relatoria do deputado Magela (PT/DF).

Os servidores defendem que a negociação coletiva seja regulamentada antes do direito de greve. A negociação coletiva no serviço público



também está prevista na Constituição Federal e é uma antiga reivindicação dos servidores que entendem ser esta a melhor forma de garantir os direitos e os acordos conquistados pelas diversas categorias do funcionalismo público.

Fonte: Diap - Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar

## Vale-transporte: desconto no salário do trabalhador poderá acabar

A Câmara dos Deputados analisa o PL 6851/10, do senador Paulo Paim (PT-RS), que torna obrigatório o pagamento integral do vale-transporte pelo empregador.

Pela legislação atual (Lei 7481/85), a empresa pode descontar até 6% do salário básico de seus empregados como participação nos gastos com transporte. O projeto modifica essa lei para atribuir os custos exclusivamente ao contratante. Paim destaca que a legislação tem regras confusas sobre a participação do

trabalhador.

Ele argumenta que, em alguns casos, quando o salário é um pouco maior, o valor do vale-transporte pode ser descontado integralmente do salário do empregado.

Para ele, a proposta confere tratamento isonômico ao benefício.

O projeto, que tramita em caráter terminativo, será analisado pelas comissões de Trabalho; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fonte: Diap

## Professor, fique atento com sua situação junto ao SINPRO ABC

O SINPRO ABC pede que os professores filiados fiquem atentos aos pagamentos das mensalidades sindicais, para que a situação junto ao Sindicato esteja regularizada, com status "Ativo".

Somente com as contribuições em dia, o docente é beneficiário dos direitos exclusivos dos associados. Caso o desconto seja feito por folha de pagamento, observe se a escola o está realizando corretamente.

O SINPRO ABC ressalta, ainda, que a luta incessante por melhores

condições de trabalho, bem como reajustes salariais e ampliação das cláusulas sociais da Convenção Coletiva, são possíveis graças ao trabalho do Sindicato, que é mantido por você, professor.

Além disso, mantenha sempre seus dados atualizados, como endereço, e-mail e telefones, uma vez que nossos materiais são enviados diretamente para sua residência. Caso haja mudanças em seus dados, escreva para [sinpro@sinpro-abc.org.br](mailto:sinpro@sinpro-abc.org.br). Fique em dia com seu Sindicato!